

# **Projeto amor, medo e poder: percursos de vida para a não violência. Bases teóricas, metodológicas e resultados preliminares**

---

**Yolanda Rodríguez Castro**

Faculdade de Ciências da Educação; Universidade de Vigo (Espanha)

**Maria Jose Magalhães e Vania Martins**

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Porto (Portugal)

O projecto “Amor, Medo e Poder: percursos de vida para a não-violência” (financiado pela FCT, em protocolo com a CIG) é acerca da violência de género, especificamente no seio das relações de intimidade, em três vertentes: a avaliação dos serviços de apoio a mulheres vítimas / sobreviventes de violência doméstica; a elaboração de histórias de vida e um trabalho de conscientização; e a co-construção de redes sociais que poderão apoiar, conscienciar e acção coletiva para a mudança social. Este projecto com uma base teórica feminista pretende reinterpretar a violência de género, substituindo a violência patriarcal por uma nova visão em que a violência se faz visível e intolerável para a sociedade.

A metodologia utilizada neste estudo é principalmente qualitativa, na primeira fase fizemos uma avaliação dos serviços existentes em Portugal (casas de abrigo e centros de atendimento) utilizando, sobretudo, entrevistas individuais semi-estruturadas quer com a equipa técnica quer com as utentes destas instituições e organizações. A segunda parte do projecto envolverá a utilização da metodologia de histórias de vida. A terceira parte do projecto centrar-se-á na conscientização, na mobilização de recursos e construção de redes sociais de apoio, assentando em grupos de discussão focalizada e nos resultados das duas primeiras linhas do projecto.

Da análise inicial das entrevistas com os/as profissionais são: não há um consenso unânime sobre a conceptualização da casa de abrigo (missão e princípios); alguns profissionais apoiam a sua intervenção na igualdade de género e em defender e proteger os direitos das mulheres, e outros/as profissionais de natureza mais moralista estão cheios de regras, e contradições. Quanto à formação sobre violência de género dos/as técnicos/os é em alguns casos limitada. As instituições costumam ter parcerias com outras instituições. A maioria de os/as profissionais concorda com as limitações das atuais políticas sociais de apoio às vítimas, e as dificuldades encontradas pelas mulheres quando saem de casa para o abrigo (processos de habitação, emprego e morosidade do julgamento).

El proyecto “Amor, miedo y Poder: recursos de vida para La no violencia” (financiado por la FCT en colaboración con la CIG) es sobre la violencia de género, especialmente en el seno de las relaciones de intimidad, en tres vertientes: la evaluación de los servicios de apoyo a las mujeres víctimas/ sobrevivientes de la violencia doméstica; la elaboración de historias de vida y un trabajo de concienciación; y la co-construcción de redes sociales que van a dar apoyo, consciencia y acción colectiva para lograr un cambio social. Este proyecto basado en un marco teórico feminista pretende reinterpretar la violencia de género, sustituyendo la violencia patriarcal por una nueva visión en la que se haga visible e intolerable para la sociedad.

La metodología utilizada en este estudio es principalmente cualitativa, en la primera fase llevamos a cabo una evaluación de los servicios existentes en Portugal (casas de abrigo y centros de atendimento), utilizando entrevistas individuales semi-

estructuradas tanto con el equipo técnico como con las usuarias de las instituciones. La segunda parte del proyecto se desarrollará con las historias de vida de las mujeres sobrevivientes de la violencia de género. Y la tercera parte del proyecto se va centrar en la concienciación, la movilización de recursos y la construcción de redes sociales de apoyo, basados en los grupos de discusión focalizados y en los resultados de las dos primeras fases del proyecto.

De entre los análisis iniciales de las entrevistas realizadas a los y las profesionales de las casas de abrigo cabe destacar: no hay un consenso unánime sobre la conceptualización de la casa de abrigo (misión y principios); algunas técnicas apoyan su intervención desde una perspectiva de igualdad y defensa y protección de los derechos de las mujeres, y otras desde una perspectiva más moralista y llena de reglas, sobre todo las índole humanista. En cuanto a la formación de las/os técnicas/os se limita a una formación posterior e incluso por medio de su propio trabajo. Las instituciones suelen pedir colaboración con otras cuando no cuentan con los recursos humanos o materiales necesarios. Todos los/as profesionales están de acuerdo con las limitaciones de las políticas sociales actuales de apoyo a las víctimas, y con las dificultades con las que se encuentran las mujeres cuando dejan la casa de abrigo (habitación, el empleo y la tardanza de los procesos judiciales).

**Palavras-chave:** violência de gênero, casas de abrigo, profissionais, utentes.

**Palabras clave:** violencia de género, casas de acogimiento, profesionales, usuarias.

O projecto “Amor, Medo e Poder: percursos de vida para a não-violência” é financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia em parceria com a CIGA e a UMAR. Este projecto é acerca da violência de género, especificamente no seio das relações de intimidade, em três vertentes: a avaliação dos serviços de apoio a mulheres vítimas / sobreviventes de violência doméstica; a elaboração de histórias de vida e um trabalho de conscientização; e a co-construção de redes sociais que poderão apoiar, consciência e acção colectiva para a mudança social.

Para além disto, na medida em que este projecto envolve experiências de mulheres de diferentes grupos etários, portuguesas e imigrantes, e de diferentes regiões de Portugal (Porto, Coimbra, Lisboa/Setúbal e Viana do Castelo), este estudo parte da investigação existente tomando como foco áreas de investigação particularmente escassas. Dada a persistência e pervasiva ocorrência de violência doméstica em Portugal, este estudo pode constituir um contributo crítico para compreender os processos que sustentam este fenómeno, possibilitando ainda reconhecer as necessidades e possíveis intervenções para a irradicação deste problema social.

Mais ainda, este estudo pode oferecer um espaço onde as vozes das mulheres podem ser expressas e ouvidas. A abordagem metodológica do estudo será fundamentalmente qualitativa. No entanto, será elaborada uma base de dados durante a primeira fase do projecto, sobretudo no que diz respeito às instituições que directa ou indirectamente lidam com vítimas / sobreviventes de violência doméstica (para além das instituições específicas como os centros e núcleos de atendimentos e as casas-abrigo, temos também a segurança social, os tribunais, as forças de segurança, hospitais e centros de saúde). Para além dos dados quantitativos, será efectuada uma avaliação dos serviços (casas-abrigo e centros de atendimento) utilizando, sobretudo, entrevistas individuais semi-estruturadas quer com a equipa técnica quer com as utentes destas instituições e organizações.

A segunda parte do projecto envolverá a utilização da metodologia de histórias de vida. Aqui, as mulheres serão as principais participantes/ protagonistas, com as quais e nos seus próprios termos, se pretende conhecer como vivenciaram os processos de

vitimização e de construção pessoal da sua autonomia e saída da violência, assim como que problemas enfrentaram e que sugestões podem providenciar para a mudança nos métodos técnicos dos serviços de apoio.

A terceira parte do projecto centrar-se-à na conscientização, na mobilização de recursos e construção de redes sociais de apoio, assentando em grupos de discussão focalizada e nos resultados das duas primeiras linhas do projecto. Partindo do conceito de género como conceito analítico central – como se articula nas vidas quotidianas das mulheres, de que forma emerge nos processos de vitimização e autonomização; e de que forma interage com outras estruturas sociais da diferença e da identidade (idade, classe social, etnia, religião) – esta investigação oferecerá um contributo crítico da violência doméstica, no seio do contexto social, político, cultural e histórico mais alargado, tornando possível a acção social e, em última análise, a transformação social. Incluindo as histórias de vida de vítimas / sobreviventes espera-se, igualmente, que esta pesquisa abra caminho para conhecer as experiências subjectivas de mulheres e seus dizeres acerca do amor, do medo e do poder.

Pelo tanto, o objetivo nesta primeira fase do projecto Amor, Medo e Poder é avaliar as respostas que apresentam os profissionais que trabalham na casa de abrigo. As casas de abrigo são unidades residenciais destinadas ao acolhimento temporário a vítimas, acompanhadas ou não de filhos/as menores e com o objetivo de promover, durante a permanência da mulher na casa de abrigo, aptidões pessoais, profissionais e sociais, tendo em vista a sua efetiva reinserção social. E o Estado Português deve conceder apoio, com carácter de prioridade, às casas de abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica e assegurar o anonimato das mesmas (lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro).

Existe agora uma rede de casas de abrigo em Portugal, em particular, 40 casas de abrigo, mas em funcionamento “real” apenas 35 (UMAR, 2010). As casas de abrigo podem funcionar em equipamentos pertencentes a entidades públicas ou particulares sem fins lucrativos. Segundo o estudo feito pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2008), as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) constituem as entidades gestoras de 78,3 % das casas de abrigo, sendo 17,4 % geridas por Organizações Não Governamentais e 4,3 % por Instituições Equiparadas a IPSS.

## METODOLOGÍA

Este estudo recorreu à metodologia qualitativa mediante entrevistas individuais semi-estruturadas com a duração de 1 hora. Na entrevista dirigida ao pessoal da casa de abrigo se questionava sobre: A caracterização da instituição, as regras e organização da casa de abrigo, etc.

A análise de conteúdo foi realizada com categorias que partem das expressões dos próprios termos das pessoas entrevistadas, e, para isso, nos baseamos em quatro regras básicas: 1) Exaustividade (Bardin, 1986): categoriza-se todo o conteúdo das entrevistas; 2) Exclusividade: centra-se a mesma idéia numa mesma categoria, sem misturar; 3) Semi-indução: levar a cabo a pré-categorização segundo as frases ou os próprios termos usadas pelas pessoas; e 4) Pertinência da categoria. Para cumprir a regra da objetividade, cruzamos a análise de conteúdo das entrevistas entre vários membros da equipe de investigação.

Por motivos de segurança, confidencialidade e rigor científico, vamos preservar a identidade da casa de abrigo, nomeadamente a sua localização. O seu código vai ser CA5 que é uma casa abrigo IPSS. A equipe profissional é formada por uma diretora da instituição, uma diretora técnica que é uma assistente social, um psicólogo e a equipe de ajudantes de lar constituída por cinco pessoas. A casa tem uma capacidade máxima de 25 utentes, incluindo mulheres com os seus filhos/as.

## RESULTADOS

A continuação, apresentamos um avance dos resultados:

### *Caracterização da Casa de Abrigo*

Na CA5, segundo a própria Diretora, esta instituição *movimenta-se em dois grupos: na área da saúde e na área da acção social (CA5-d: p.1)*, e, do ponto de vista jurídico, é *equiparada a uma IPSS, nós somos uma Mutualidade...* (CA5-d: p.2).

Nesta Casa de Abrigo (CA5) segundo o psicólogo da instituição: *a casa tem capacidade para 25 utentes (CA-ps: 4). Segundo a diretora, contam habitualmente com 15 mulheres e 10 crianças (CA5-d: p.1).*

Em relação às características das utentes, os profissionais que trabalham na casa de abrigo afirmam que *a maioria das mulheres que atendem na sua instituição são portuguesas ou brasileiras, dum estrato social baixo, com poucos estudos, na maioria entre 27 e 34 anos (CA5-dt: p.3), com dois filhos/as ou mais (CA5-ps:p.4) e que a maioria trabalha (CA5-dt: p.4).*

Também o psicólogo da casa de abrigo faz menção ao tempo de permanência das utentes na casa, e diz a esse respeito que *nós temos alguns casos de entrada e saída no dia seguinte (CA5-ps: p.4).*

Pelo seu lado, a diretora técnica relaciona o tempo de permanência na casa com a consecução do objetivo final da casa de abrigo que é que as mulheres consigam se autonomizar e refazer as suas vidas.

*As mulheres permanecem mais tempo, pronto, também significa que se conseguem autonomizar e conseguem alcançar o principal objetivo, quando há uma maior flutuação de frequências, às vezes, as coisas não correm tão bem, que elas regressam para o agressor ou vão para uma situação não tão segura. (...) É variável. Se calhar, quando estão menos de seis meses é quando regressam para o agressor, é muito difícil uma mulher conseguir se autonomizar em menos de seis meses. (CA5-dt: p.2)*

#### *As regras na casa de abrigo*

No regulamento interno da casa de abrigo, aparecem as regras a cumprir por parte das utentes e seus filhos/as. Segundo o psicólogo, *as regras têm que existir (CA5-ps: p.9), são as regras básicas de respeito, saber partilhar um espaço e a higiene.*

*As regras passam por respeito, por a pessoa cumprir com algumas tarefas, que ao fim e ao cabo, essas tarefas não são para agradar a ninguém, não são para agradar o outro, são para nós, nós utentes, não é? Passam por saber partilhar um espaço, depois, por outras questões, a higiene, cumprir um plano de higiene, ter hábitos... e aqui, da experiência, que eu venho adquirindo, com estes anos a trabalhar nesta área da*

*violência, se calhar, fiquei um pouco surpreendido com algumas coisas com que nos deparamos. Pessoas sem regras, sem hábitos de higiene... (CA5-ps: p.9)*

*São as regras normais a uma convivência, a uma partilha de espaço, vá. (CA5-dt: p.5)*

Em colação a este excerto, o psicólogo continua a incidir na importância das regras, já que considera que muitas mulheres vítimas de violência de gênero, por diversos motivos, perderem as regras “básicas” que tinham, e agora não são transmitidas aos filhos/as:

*Fatores culturais, sim. E depois, há uma coisa na violência que condiciona muito, há mulheres que vivem relações de violência de anos, e há coisas que se perdem, pessoas que foram educadas muito bem, de famílias de bem, com valores, mas que nestas relações, que são relações... que corroem, que destroem, as pessoas perdem, perdem muito daquilo que lhes foi transmitido ao início e depois atinge uma degradação tal, que acaba depois por ser transmitido aos filhos. Pronto, e as coisas são um bocado complicadas, e as pessoas sofrem, sofrem muito. (CA5-ps: p.10)*

No regulamento interno, fica claro que são as utentes as responsáveis das atividades da casa, referindo a limpeza e as refeições ao jantar e ao fim-de-semana, que são confeccionadas pelas utentes numa escala rotativa. O almoço durante a semana é trazido da cozinha geral da instituição:

*As refeições ao jantar e ao fim-de-semana são confeccionadas lá na casa, há uma escala rotativa, para não sobrecarregar ninguém, é dividido de igual forma, tendo em atenção horários de trabalho e essas coisas todas, assim como as restantes tarefas. (...)*  
*O jantar é também confeccionado na casa, o almoço não, é trazido de fora da cozinha da instituição. (CA-dt: p.5)*

No regulamento interno, também se fixam outras normas como os horários de levantar entre as 7 h. e 8 h., horário de deitar para as crianças, às 21h30, e para as mulheres não mais tarde do que às 23h., para haver silêncio total:

*Está tudo definido no regulamento interno. Pronto, as pessoas acordam na sua hora, mas há um horário definido em regulamento, com os seus ajustes, como é óbvio. (CA5-ps: p.11)*

*A deita das crianças é um pouco mais cedo, por volta das nove e meia e depois o silêncio, o silêncio total é a partir das onze, onze e pouco. (...) [o horário] é fixado no regulamento. (CA-ps: p.12)*

Na organização da casa de abrigo, está incluída a utilização dos banhos, para que as mulheres não tenham problemas para tomar um banho:

*[Ao fim do dia] Com toda a gente a chegar a casa, os banhos, porque depois só dá para tomar banho uma pessoa de cada vez, e é os banhos, é mandar os miúdos ir tomar banho porque depois vêm outros a seguir e é uma grande confusão. (CA-dt: p.6)*

Finalmente, dentro desta secção das regras da casa, questionamos os/as profissionais que nos contaram os ritmos da CA5, quer dizer, que nos descreveram um dia na casa de abrigo. Na sua narração, comentam que as horas de mais barulho são de manhã, o levantar e a partir das cinco da tarde, quando *começa outra vez o pandemônio* (CA5-dt: p.6), e as horas de *mais calminha* são a partir das nove da manhã (CA5-dt: p.6), quando as utentes vão trabalhar e as crianças estão na escola.

## CONCLUSÃO FINAL

Podemos afirmar que uma casa de abrigo para mulheres vítimas de violência de gênero gerida por uma instituição de solidariedade social com valores humanistas, mas não feministas, mostra um não entendimento do fenómeno da violência doméstica nas relações de intimidade. As mulheres vêm duma experiência onde não têm autonomia para decidir sobre a sua vida para tomar decisões sobre o seu cotidiano e entram numa instituição que também controla e restringe a sua liberdade. Esta violência nas relações de intimidade mantém-se porque a ideologia de gênero dominante ensina as mulheres que elas são as responsáveis pela felicidade do seu lar e, portanto, é a ela que compete garantir a harmonia e bem-estar da “sua” família e socializa os homens no exercício da força e do domínio sobre os mais fracos, nomeadamente as mulheres. Sem desconstruir os estereótipos de gênero será muito difícil proteger as mulheres dos seus companheiros violentos e formar masculinidades que aprendam a viver relações de intimidade assentes na igualdade. Uma filosofia normativa sobre as mulheres, o que em consequência

parece levar a uma organização bastante rígida, que se evidencia nos horários, na organização das tarefas da casa de abrigo e na concepção sobre o trabalho com as mulheres, não parece constituir-se uma via libertadora para as mulheres vítimas de violência.

## REFERENCIAS

Bardín, L. (1986). Análisis de Contenido. Madrid. Akal.

U.M.A.R. (2010). União de Mulheres Alternativa e Resposta. 23 Sep 2010,  
<http://www.umarfeminismos.org>.

Despacho n.º 32648/2008, de 30 de Dezembro, Síntese do Relatório de Avaliação das Condições de Funcionamento das Casas de Abrigo. Diário da República, 2.ª série, n.º 251, 51216-51218.